DF CARF MF Fl. 1

**S2-C4T1** Fl. 349

1



## MINISTÉRIO DA FAZENDA CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

**Processo nº** 10680.011318/2007-42

Recurso nº 172.956 Voluntário

Acórdão nº 2401-01.664 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de fevereiro de 2011

Matéria CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

**Recorrente** FIAT AUTOMÓVEIS SA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/01/1999 a 30/09/1999

PREVIDENCIÁRIO. NFLD. CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE

SOCIAL.PRAZO DECADENCIAL.

A teor da Súmula Vinculante n.º 08, o prazo para constituição de crédito relativo às contribuições para a Seguridade Social segue a sistemática do

Código Tributário Nacional.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do colegiado da segunda seção de julgamento, por unanimidade de votos, em declarar a decadência do lançamento

Elias Sampaio Freire - Presidente

Kleber Ferreira de Araújo - Relator

Participaram do presente julgamento o(a)s Conselheiro(a)s Elias Sampaio Freire, Kleber Ferreira de Araújo, Cleuza Vieira de Souza, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Marcelo Freitas de Souza Costa e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira.

DF CARF MF Fl. 2

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário, fls. 336/346, apresentado pela empresa acima identificada contra decisão da DRJ em Belo Horizonte, fls. 321/328, que declarou procedente o crédito tributário consignado na NFLD n. 37.025.537-2, a qual foi posteriormente cadastrada na RFB sob o número de processo constante do cabeçalho.

A NFLD, no montante de R\$ 43.335,72 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais, setenta e dois centavos), referente ao período de 01/09/1999 a 30/09/1999, consolidado em 09/03/2007, de acordo com o Relatório Fiscal, fls.32/39, refere-se a lançamento complementar ao da NFLD n° 35.524.924-3, de 29/12/2004, proveniente do fornecimento "in natura" de cesta básica a seus empregados, por intermédio da Fundação dos Empregados da FIAT - FEF, haja vista que tal modalidade prevista no Programa de Alimentação do Trabalhador — PAT não estava relacionada nos formulários de execução do referido Programa, tanto na FIAT Automóveis S/A, como na Fundação dos Empregados da FIAT.

No seu recurso voluntário, a empresa, em apertada síntese, alegou que:

- a) o recurso é tempestivo e o seu processamento independe de depósito prévio;
  - b) as contribuições lançadas estão decadentes;
- c) a desconsideração da personalidade jurídica da Fundação dos Empregados da FIAT foi abusiva;
  - d) não incidem contribuições sobre o fornecimento de cestas básicas.

Ao final, pede a reforma da decisão da DRJ.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Kleber Ferreira de Araújo, Relator

O recurso merece conhecimento, posto que preenche os requisitos de tempestividade e legitimidade.

Na data da lavratura, o fisco previdenciário aplicava, para fins de aferição da decadência do direito de constituir o crédito, as disposições contidas no art. 45 da Lei n.º 8.212/1991, todavia, tal dispositivo foi declarado inconstitucional com a aprovação da Súmula Vinculante n.º 08, de 12/06/2008 (DJ 20/06/2008), que carrega a seguinte redação:

São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do decretolei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

É cediço que essas súmulas são de observância obrigatória, inclusive para a Administração Pública, conforme se deflui do comando constitucional abaixo:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de oficio ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

*(...)* 

Então, uma vez afastada pela Corte Maior a aplicação do prazo de dez anos previsto na Lei n.º 8.212/1991, aplica-se às contribuições a decadência qüinqüenal do Código Tributário Nacional – CTN. Para a contagem do lapso de tempo, a jurisprudência vem lançando mão do art. 150, § 4.º, para os casos em que há antecipação do pagamento (mesmo que parcial) e do art. 173, I, para as situações em que não ocorreu pagamento antecipado. É o que se observa da ementa abaixo reproduzida (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL nº 674497/PR, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, julgamento em 05/11/2009, DJ de 13/11/2009):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. RECOLHIMENTOS NÃO EFETUADOS E NÃO DECLARADOS. ART. 173, I, DO CTN. DECADÊNCIA CONSUMADA. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS).OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA.

I. O aresto embargado foi absolutamente claro e inequívoco ao Assinado digitalmente em 25/02/2011 por consignar eque a se tratando de constituição do Free dito

DF CARF MF Fl. 4

tributário, em que não houve o recolhimento do tributo, como o caso dos autos, o fisco dispõe de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Somente nos casos de tributo sujeito a lançamento por homologação, em que o pagamento foi feito antecipadamente, o prazo será de cinco anos a contar do fato gerador (art. 150, § 4°, do CTN)".

- 2. Devem ser repelidos os embargos declaratórios manejados com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.
- 3. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa atualizado.

No caso vertente, a ciência do lançamento deu-se em 09/03/2007 e a única competência lançada é 09/1999. Assim, por quaisquer das regras de contagem do prazo decadencial, estariam decadentes todas as contribuições lançadas.

Voto, assim, pelo provimento do recurso, ao reconhecer a decadência de todas as contribuições integrantes da NFLD.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2011

KLEBER FERREIRA DE ARAÚJO